



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

06 OUT 2012

Protocolo 031/12

Processo 031/12

Projeto de Resolução

Nº 062/12



AUTOR : Deputado Hermínio Coelho - PSD

Dá nova redação a dispositivo
do Regimento Interno.

Assembleia do Povo

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

aprovou, e Eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. O inciso I, § 1º, Art. 29 do Regimento Interno, aprovado pela
Resolução nº 32, de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 29. (...)

§ 1º. (...)

I - analisar e emitir parecer quanto aos aspectos constitucionais,
legais, regimentais e de técnica legislativa e redacional das matérias que lhe forem distri-
buídas, inclusive aquelas de competência privativa de outras comissões, concluindo por
projeto, quando cabível, exceto as matérias a que se refere o art. 135 da Constituição
Estadual.”

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 01 de novembro de 2012.

Deputado Hermínio Coelho
Presidente ALE/RO



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO

Nº

Projeto de Resolução



AUTOR : Deputado Hermínio Coelho - PSD

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Tomamos a iniciativa em apresentar esta propositura, com a finalidade de adequar o texto do nosso Regimento Interno no dispositivo que trata sobre a competência da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação,

Tal adequação necessário se faz, pois a atual redação do Regimento no que concerne a competência da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, contraria o disposto no art. 135 da Constituição Estadual, que disciplina que as matérias de natureza orçamentária, tais como: Projetos de Lei Orçamentária, Diretrizes Orçamentária, Plano Plurianual e Créditos Adicionais, conforme preceitua o dispositivo constitucional, são distribuídas tão somente a uma única Comissão Permanente, que em nosso caso é a Comissão de Finanças e Orçamento e somente ela se pronuncia acerca das respectivas matérias.

Diante disso, e para que possamos eliminar essa duplicidade de competência entre o Regimento Interno e a Constituição, e considerando que pela hierarquia legal o que prevalece é a disposição constitucional, a nossa pretensão é alterar a disposição regimental, adequando assim as mencionadas normas legais.

Razão pela qual, solicitamos o apoio e o voto dos Nobres Pares.